



MEMÓRIA DA DISCIPLINA DE LUTAS E ARTES MARCIAIS NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Thiago Pimenta*
Felipe Marta**
Marcelo Alberto de Oliveira***
Alexandre Drigo****

RESUMO

Os estudos históricos que se referem ao processo de formação são sempre bem-vindos, contudo, também se entende como essencial estudar as disciplinas que fazem e fizeram parte do rol curricular dos graduados. O presente artigo teve como objetivo evidenciar a trajetória histórica e a inserção da disciplina de Lutas e Artes Marciais nas Escolas de formação profissional em Educação Física no Brasil, identificando atores sociais e os locais que permitiram seu processo de institucionalização na graduação. Utilizou-se como método a técnica de pesquisa documental e análise temática. Os dados foram tratados pela análise de contexto. Concluiu-se que as Lutas e Artes Marciais estiveram presentes na constituição da Educação Física no país, entretanto os posicionamentos ao longo do processo histórico criaram campos distintos: o campo da formação e o campo das Lutas e Artes Marciais, evidenciando que a manutenção dessa disciplina no currículo se deu por um processo de reprodução. Essa realidade prejudica, sobremaneira, o posicionamento e a intervenção dos profissionais e dos técnicos de Lutas e Artes Marciais no mercado, sugerindo maiores discussões sobre essa profissão no Brasil.

Palavras-chave: Artes marciais; Educação Física; Formação profissional; Currículo.

MEMORY OF THE DISCIPLINE OF MARTIAL ARTS IN PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT

Historical studies that refer to the training process are always welcome; however, it is also understood as essential to study the subjects that are and were part of the curricular arsenal of graduates. The present article aimed to highlight the historical trajectory and the insertion of the discipline of Wrestling

* Doutor em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/Curitiba; Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Bauru. Docente Adjunto do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/CEFD/RS. Responsável pelo Grupo de Excelência em Lutas – GEL/UFSM e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioculturais em Desporto e Educação Física – GEPSDEF.

** Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Professor pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: fefmarta@gmail.com

*** Doutorando em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Mestre em Ciências pela Escola de Educação Física e Esporte da USP (EEFE-USP). E-mail: marcelo.alberto@usp.br

**** Doutor em Educação Física pelo DCE da FEF/ Unicamp (2007). Credenciado como Docente e orientador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Motricidade pela UNESP, Campus Rio Claro. E-mail: alexandretrigo@hotmail.com

and Martial Arts in the schools of professional formation in Physical Education in Brazil, identifying social actors and the places that allowed its process of institutionalization in the graduation. The documental research technique and thematic analysis were used as a method. Data were treated by context analysis. It was concluded that Wrestling and Martial Arts were present in the constitution of Physical Education in the country, however, the positions throughout the historical process created different fields: the field of training and the field of Wrestling and Martial Arts, showing that the maintenance of this discipline in the curriculum took place through a process of reproduction. This reality greatly impairs the positioning and intervention of professionals and technicians of Wrestling and Martial Arts in the market, suggesting further discussions about this profession in Brazil.

Keywords: Martial arts; Physical Education; Professional qualification; Curriculum.

MEMORIA DE LA DISCIPLINA DE LUCHA Y ARTES MARCIALES EN LA FORMACIÓN DE EDUCACIÓN FÍSICA EN BRASIL

Resumen

Los estudios históricos que se refieran al proceso de formación son siempre bienvenidos, sin embargo, también se entiende fundamental el estudio de las disciplinas que son y fueron parte del arsenal curricular de los egresados. Este artículo tuvo como objetivo resaltar la trayectoria histórica y la inserción de las disciplinas de Lucha y Artes Marciales en las Escuelas de Formación Profesional de Educación Física en Brasil, identificando los actores sociales y los lugares que permitieron su proceso de institucionalización en la graduación. Se utilizó como método la técnica de investigación documental y análisis temático. Los datos fueron tratados por análisis de contexto. Se concluyó que las Luchas y Artes Marciales estuvieron presentes en la construcción de la Educación Física en el país, sin embargo, las posturas a lo largo del proceso histórico crearon diferentes campos: el campo de la formación y el campo de las Luchas y Artes Marciales, demostrando que el mantenimiento de esta disciplina en el currículo se dio por un proceso de reproducción. Esta realidad perjudica grandemente el posicionamiento y la intervención de profesionales y técnicos de Lucha y Artes Marciales en el mercado, sugiriendo mayores discusiones sobre esta profesión en Brasil.

Palabras-clave: Artes marciales. Educación Física. Formación profesional. Currículo

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo histórico, é comum identificar as interferências de atores e grupos particulares no sistema educacional e no processo de formação profissional quando recebem a responsabilidade de geri-lo. Obviamente, seus interesses e perspectivas de mundo permearão suas tomadas de decisão e opções executivas. No caso da Educação Física, não foi diferente.

Nesse curso em particular, importantes autores destacaram-se nos estudos do seu processo de formação profissional, como Marinho (1953), Castellani Filho (1988), Melo (1996, 2008), Souza Neto (1999); Azevedo & Malina (2004); Benites, Souza Neto & Hunger (2008); Guo, Yang & Liu (2016); De-Souza-Martins & Posada-Bernal (2018); López *et al.* (2016); Chávez (2021); Araujo (2018) e outros.

É consenso que a formação em Educação Física teve suas origens nas escolas militares, materializada pelo Decreto n. 23.252, que cria a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX) em 19 de outubro de 1933, no Rio de Janeiro. Posteriormente, em ambiente civil, criou-se a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), na então Universidade do Brasil, em 1939, estabelecida pelo decreto 1.212 de 17 de abril.

Os estudos históricos que se referem ao processo de formação são sempre bem-vindos, contudo também se entende como essencial estudar as disciplinas que fazem e fizeram parte do plantel curricular dos graduados, uma vez que a disciplina em si, essencial para o processo formador, contribui para trazer evidências conjunturais do processo de formação profissional, em que, mesmo variando de instituições, há uma matriz que as norteia.

Acompanhar a trajetória das disciplinas nos cursos de formação é também construir um excelente ponto de observação para se analisar os diferentes posicionamentos e interesses que permeiam a constituição dos cursos superiores de formação profissional.

Uma das disciplinas mais tradicionais do processo de formação em Educação Física é a atualmente nomeada disciplina de Lutas e Artes Marciais (L/AM), que se manteve presente na formação dos profissionais de Educação Física desde suas origens. Como tal, convém traçar sua trajetória, especialmente quando se trata de discutir o processo de regulamentação da profissão.

Nesse sentido, o presente artigo teve como objetivo evidenciar a trajetória histórica de inserção da disciplina de Lutas e Artes Marciais (L/AM) nas Escolas de formação profissional em Educação Física no Brasil, identificando atores sociais e os locais que permitiram seu processo de institucionalização na graduação.

MÉTODO

Utilizou-se a técnica de pesquisa documental, com o levantamento de fontes primárias como legislações e decretos. Como fontes de material referente aos quadros sintéticos das disciplinas por períodos foi utilizado o referencial teórico de Souza Neto (1999).

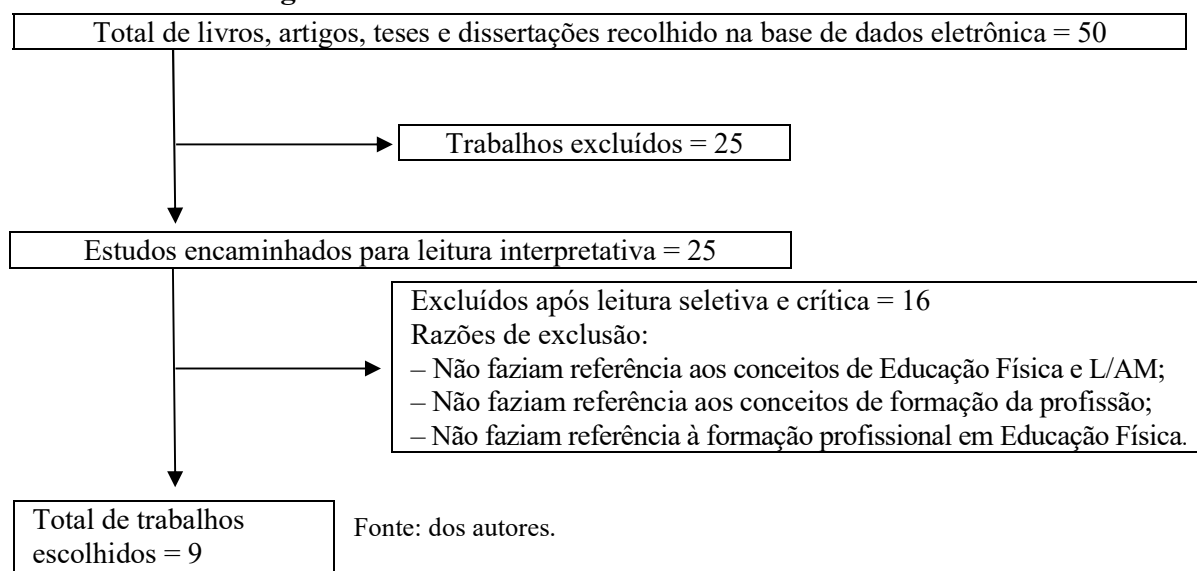
As mensagens evidenciadas na análise dos documentos coletados foram tratadas de acordo com sua estrutura lógica e temática. Quanto à interpretação dos dados, foram utilizados os aspectos políticos da comunicação. Para a análise dos dados, foram criadas quatro categorias:

- Os agentes envolvidos no processo de concepção de formação do curso e inclusão da disciplina L/AM;

- Campo de formação profissional em Educação Física no Brasil;
- Campo de formação de técnicos de L/AM no Brasil;
- Processamento da economia dos capitais econômicos, educacionais, políticos, sociais e simbólicos envolvidos.

No sentido de evidenciar as referências bibliográficas que possivelmente embasaram o arcabouço teórico e acadêmico das lutas corporais como disciplina no processo de formação do profissional de Educação Física, também se utilizou a revisão sistemática de literatura. Abaixo, a ferramenta de grelha utilizada.

Imagem 1 – Grelha Para Revisão Conceitual de Literatura



Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Rio Claro, sob o protocolo 1403, mediante Ofício 004/2014.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

De acordo com Trusz & Nunes (2007):

Os esportes de combate sempre estiveram presentes nos currículos de formação de professores de Educação Física. Entretanto, os registros dessas atividades nos currículos são poucos e acabam caindo no esquecimento (2007, p. 180).

Guths Muths (1779-1782) já considerava as Lutas corporais essenciais na formação da juventude: “A luta, por exemplo, é vista por ele como um excelente exercício ginástico” (Quitau, 2012, p. 370). Similar a Jahn (1778-1825), que, de acordo com Soares (2007):

Reforçará, para além da saúde e da moral, o carácter militar da ginástica. Ele acreditava que, para formar o “homem total”, a ginástica deveria estimular a aplicação dos jogos, pois eles constituem verdadeira fonte de emulação social, e dava, especial **atenção às Lutas** uma vez que lhe era sempre presente a possibilidade de uma guerra nacional (Soares, 2007, p. 54, grifo nosso).

Em 1864, Eduardo Augusto Pereira de Abreu (1833-1892) publica os “Estudos hygienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército”. O médico questionava o uso abusivo das armas de fogo nos treinamentos militares, afirmando que seu excesso enfraquece o corpo do jovem soldado. Abreu (1867):

[...] o desenvolvimento elementar da força dos músculos por movimentos de braços sustentando pesos, os movimentos das pernas em diversas posições, finalmente as diferentes **Lutas**, e em segundo os exercícios de aplicação, tendo por fim o desenvolvimento sucessivo dos membros superiores e inferiores, os do tronco e do corpo em geral [...] simulando assaltos e combates (Abreu, 1867, p. 18, grifo nosso).

Abreu (1867) tornar-se-ia o precursor das proposições das L/AM como integrantes de uma Educação Física sistematizada e como uma prática higiênica para aplicação nas escolas civis e militares no Brasil.

Rui Barbosa (1849-1923) apresenta, em 1883, o parecer sobre o projeto 224, intitulado “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública”. Nesse parecer, percebem-se algumas considerações:

A tarefa da educação entre os helenos consistia no justo equilíbrio das forças espirituais e físicas, no desenvolvimento harmônico da todas as faculdades e impulsos naturais. Daí uma vigorosa agilidade e elasticidade de membros, uma estável robustez na carreira e na **luta**, a firmeza e rapidez do passo, o desassombro e segurança do porte, o frescor da saúde, a limpidez e animação do olhar, e essa presença de espírito (Barbosa, 1883, pp. 66-67, grifo nosso).

Em 1898, chegam à cidade de São Paulo os esgrimistas Giuseppe Salermo, Giasintho Sanches e Massanielo Parisi, que passam a lecionar a modalidade. Entre seus alunos, destaca-se Pedro Dias de Campos, alferes da Força Pública de São Paulo, que, em 14 de julho de 1902, no Quartel da Luz, atual Primeiro Batalhão de Polícia de Choque Tobias de Aguiar, cria o embrião da Escola de Educação Physica: A Escola de Sabre, Florete e Espada (DaCosta, 2006).

Observa-se aqui como as L/AM se inserem como prática da Educação Física, ou seja, como disciplina conexa aos conteúdos de formação: desde que o método francês surge no país, em carácter nacional, oficialmente pelo Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921, é possível identificar o Jiu-Jitsu, o Boxe, o Savate, a Luta Greco Romana e a Luta Livre:

- Regras gerais: 4. A adaptação às especialidades tem por fim adaptar o soldado ao ataque de bayoneta, à luta corporal e ao uso de certas armas especiais (granada, metralhadora, fuzil-metralhador, engenho de acompanhamento, espada, lança, etc.).
- Referente aos locais de aplicação: De um terreno acamado (gramma ou areia) para os jogos de luta corporal (Jiu-Jitsu, Boxe);
- Exemplo de lições: **Ataque e defesa: Ap. Luta – Golpe envolvente do pescoço.**
- Em exemplo de lição para fortes: **Ataque e defesa: Luta livre e assalto** (Brasil, 1921, s/n).

Um dos documentos mais antigos sobre o processo de formação em Educação Física no Brasil dedica-se, sobremaneira, às L/AM. No “Regulamento n. 7 de Educação Física”, de 1934, editado pelo Estado Maior do Exército Brasileiro, elas foram consideradas práticas da Educação Física. No Capítulo III, página 47, do documento, apresentam-se os exercícios de “ataque e defesa”:

Atacar e Defender-se; Jogos de oposição; Exercícios de Repulsão; Lutas de traça e Repulsão; Nota: Todos os golpes de corpo a corpo constituem aplicações militares filiadas à família atacar e defender-se (...) referente aos locais de aplicação: De um terreno acamado (gramma ou areia) para os jogos de luta corporal (Jiu-Jitsu, Boxe) (...) Sôco (box) francez (aprendizagem). (...) Luta greco-romana (aprendizagem) (Brasil, 1932, s/n).

O Decreto n. 23.252, cria a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX), em 19 de outubro de 1933, no Rio de Janeiro. Ela formou, inicialmente, oficiais e sargentos, além de alguns civis na categoria de monitores. O artigo segundo apresenta os objetivos da EsEFEX:

Art. 2º A Escola terá como objetivos: a) proporcionar o ensino do método de Educação Física regulamentar; b) orientar e difundir a aplicação do método. Parágrafo único. Para este fim: a) formará instrutores e monitores de Educação Física, mestres de armas e monitores de esgrima; b) proporcionará aos médicos especialização em Educação Física; c) formará massagistas desportivos d) fornecerá aos oficiais, em geral, os conhecimentos indispensáveis à direção da Educação Física **e da esgrima**; c) formará, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; f) incrementará a prática da Educação Física e dos desportos; g) estudará as adaptações a serem introduzidas no método, submetendo-as à apreciação do Estado-Maior do Exército; h) manterá correspondência com os institutos congêneres nacionais e estrangeiros (Brasil, 1933, s/n, grifo nosso).

Em 1939, cria-se a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), na Universidade do Brasil, criada pelo decreto 1.212 de 17 de abril. A Educação Física militar

e civil, apesar de uma oficial ruptura, caminham paralelamente, tendo a primeira expressiva influência sobre a segunda. Grande parte dos docentes da ENEFD eram ou tinham profundas ligações com a EsEFEX. Conforme afirmação do major Inácio Freitas Rolim (Melo, 1996 apud, Azevedo, 1960):

Desde aproximadamente 1936-1937, segundo conta a professora Maria Lenk em entrevista, já havia um movimento na EsEFEX para a criação da ENEFD. Daí, sua criação é dada por influência direta dos militares do exército, aliado ao conhecimento científico dos médicos. Da mesma forma, seu currículo, que se tornou padrão para as demais escolas de educação física surgidas no país, seguia o modelo da EsEFEX e, por conseguinte, o chamado método francês também foi adotado com a perspectiva de ênfase técnico-biológica (Azevedo & Malina, 2004, p. 131).

A função da disciplina na ENEFD tem inspiração militar. Observa-se tal inspiração não só pelo próprio diretor da escola, em 1945, o Capitão Antonio Pereira Lira, mas também pelo professor fundador da cadeira XVII (Desportos de Ataque e Defesa), o professor Alberto Latorre de Faria:

O menino do interior da Bahia veio para o Rio de Janeiro, foi lutador de Boxe e de vale-tudo, como militar serviu na Escola de Infantaria, se envolveu com os primeiros momentos de sistematização mais efetiva da Educação Física brasileira, foi auxiliar do Major Pierre de Seguir na Escola Militar e nos primeiros cursos que ministrou no Brasil, foi professor do Curso de Emergência de 1938, escreveu um dos primeiros livros brasileiros sobre defesa pessoal, foi professor fundador da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (cadeira de Desportos de Ataque e Defesa) (Melo, 2008, s/n.).

Cabe ressaltar ainda que nem todos os docentes da escola tinham curso superior. Quanto aos docentes das disciplinas que compunham as cadeiras práticas, segundo depoimento de três docentes desse período, a maioria tinha destaque desportivo (Azevedo & Malina, 2004). Ou seja, considera-se que, na Educação Física, o conhecimento advindo essencialmente da prática torna-se característica do elemento formador. Além disso, observa-se, na configuração do quadro de conteúdos de 1934 e 1939, a forte influência do elemento biológico na configuração da formação em Educação Física em detrimento às ginásticas, esportes e até mesmo às L/AM. Comprova-se a afirmação analisando o quadro de disciplinas de 1934 e 1939.

Tabela 1 – Grade Curricular 1934-1939

EDUCAÇÃO FÍSICA GRADE CURRICULAR	1934	1939
Primeiro Ano	<p>Parte Prática</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prática do método francês de educação física até o 2º grau do ciclo secundário, inclusive. 2. Educação física da idade madura. 3. Práticas higiênicas da velhice. 4. Grandes jogos. 5. Natação. 6. Danças rítmicas. <p>Parte Teórica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pedagogia da educação física. 2. Anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos 3. Mecânica animal e cinesiologia. 4. Psicologia educativa. 5. Higiene. 6. História da educação física. <p>*** 12 disciplinas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Anatomia e fisiologia humanas 2. Fisiologia aplicada 3. Cinesiologia 4. Higiene aplicada 5. Socorros de urgência 6. Biometria 7. Psicologia Aplicada 8. Metodologia da educação física 9. História da educação física e dos desportos 10. Ginástica Rítmica 11. Educação física geral 12. Desportos aquáticos 13. Desportos terrestres individuais 14. Desportos terrestres coletivos 15. Desportos de ataque e defesa <p>** 15 disciplinas</p>
Segundo Ano	<p>Parte Prática</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Natação. 2. Ciclo superior do método francês de educação física: esportes individuais e coletivos. 3. Danças rítmicas. <p>Parte Teórica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pedagogia da educação física. 2. Biologia, Antropologia, Morfologia, Biometria. 3. Fisioterapia e ginástica ortopédica. 4. Acidentes esportivos, suas prevenções e socorros de urgência. <p>***7 disciplinas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cinesiologia 2. Fisioterapia 3. Psicologia Aplicada 4. Metodologia da educação física 5. Organização da educação física e dos desportos 6. Ginástica Rítmica 7. Educação física geral 8. Desportos aquáticos 9. Desportos terrestres individuais 10. Desportos terrestres coletivos 11. Desportos de ataque e defesas <p>*** 11 disciplinas</p>

Fonte: Souza Neto (1999, p. 58)

Especial atenção para as disciplinas denominadas “Desportos de ataque e defesa”, exatamente a mesma denominação atribuída na EsEFEX, em 1932, e pelo Regulamento número 7 de Educação Física, editado pelo Estado Maior, em 1932.

Em 1934, observa-se orientação para os jogos, atividades rítmicas e a natação. Em 1939, para a Educação Física infantil, os esportes, as massagens e a medicina aplicada. Como decorrência dessa ampliação, aparece a formação do técnico em esportes (Souza Neto, 1999).

Na década de 40, elabora-se o Decreto-Lei nº 8270, que atribui mudanças ao currículo da formação em Educação Física: pré-requisito da exigência do certificado de conclusão do curso – diploma para os cursos de Educação Física Infantil, curso de Técnica Desportiva e curso de Medicina Aplicada à Educação Física e Desportos.

De acordo com o decreto, a Escola Nacional de Educação Física deveria possuir os seguintes cursos: a) superior de Educação Física; b) Educação Física infantil; c) técnica desportiva; d) massagem; e) medicina aplicada à Educação Física e aos desportos.

Tabela 2 – Disciplinas Dos Cursos da ENEFD – 1945

Disciplinas	Superior de Educação Física	Educação Física Infantil	Técnica Desportiva	Massagem	Medicina Aplicada à Educação Física
Biometria aplicada	X	X			X
Higiene Aplicada	X	X		X	X
Socorros de urgência	X	X			
Fisioterapia aplicada	X	X		X	X
História e organização da Educação Física e do desporto	X	X	X		X
Educação Física geral	X	X		X	X
Desportos Aquáticos		X			
Desportos aquáticos e náuticos	X			X	X
Desportos terrestres individuais	X	X		X	X
Desportos terrestres coletivos	X	X		X	X
Desportos de ataque e defesa	X			X	X
Ginástica rítmica.	X	X		X	X
Cinesiologia aplicada	X	X	X		X
Fisiologia aplicada	X	X	X	X	X
Metabologia aplicada	X				X
Metodologia da Educação Física e do desporto					X
Metodologia da Educação Física	X	X			
Psicologia aplicada	X	X	X		X
Metodologia dos desportos			X		

Disciplinas	Superior de Educação Física	Educação Física Infantil	Técnica Desportiva	Massagem	Medicina Aplicada à Educação Física
Desportos de especialização			X		
Traumatologia desportiva e socorros de urgência			X		
Traumatologia Aplicada					X

Fonte: Pimenta (2016, p. 205)

As disciplinas de Ataque e Defesa são desenvolvidas no curso superior de Educação Física, Medicina Esportiva e Massagem, à exceção do curso de Educação Física infantil e técnica esportiva. Entretanto, o artigo 26 do Decreto-Lei 1212, que instituiu a ENEFD, define assim a formação:

Art. 26. Destinar-se-ão mais: a) no curso superior de Educação Física e no curso normal de Educação Física, a dar aos alunos do sexo masculino e do sexo feminino a aprendizagem da direção da Educação Física geral, e ainda aos alunos do sexo feminino, a aprendizagem da direção da ginástica rítmica; b) no curso de técnica desportiva, a dar a aprendizagem do treinamento dos desportos em geral e especialmente de dois escolhidos entre os seguintes: natação, polo aquático, remo, atletismo, ginástica de aparelhos, pesos e halteres, basket-ball, volley-ball, foot-ball, tennis, box, Jiu-Jitsu e luta; c) no curso de treinamento e massagem, a dar a aprendizagem do treinamento dos desportos em geral e especialmente de quatro escolhidos entre os mencionados na alínea anterior (Brasil, 1939, s/n).

Perceptível inclinação para as disciplinas de caráter esportivo. Abaixo, comparação entre as grades curriculares entre 1939 e 1945, apenas do curso de Educação Física.

Tabela 3 – Proposta Curricular de 1939 a 1945

Educação Física Disciplinas	1939		1945		
	1º ano	2º ano	1º ano	2º ano	3º ano
Anatomia e Fisiologia Humanas	x				
Fisiologia Aplicada				x	
Cinesiologia (Aplicada/1945)	x			x	
Fisioterapia (Aplicada/1945) Obs.: desenvolve-se como Ginástica Terapêutica		x			x
Metabologia (Aplicada/1945)				x	
Higiene Aplicada	x		x		
Socorros de Urgência	x		x		
Biometria (Aplicada/1945)	x				x
Psicologia Aplicada	x	x			x
Traumatologia Desportiva					
Metodologia da Educação Física (e Desportos/1945)	x	x	x		x
Metodologia do Treinamento Desportivo					
História da Educação Física e dos Desportos	x				
(História e/1945) Organização da Educação Física e dos Desportos		x	x		
Ginástica Rítmica (feminino)	x	x		x	x
Educação Física Geral	x	x	x	x	x
Desportos Aquáticos (e Náuticos/1945)	x	x	x	x	x
Desportos Terrestres Individuais	x	x	x	x	x
Desportos Terrestres Coletivos	x	x	x	x	x
Desportos de Ataque e Defesas	x	x	x	x	x

Obs.: 1) Entre os parênteses aparece uma ou duas palavras e o ano (às vezes não), significando que foi introduzida aquela palavra a partir daquele ano; 2) A revisão dos conhecimentos de **anatomia humana** será feita em aulas complementar à disciplina que solicitar esta contribuição.

Fonte: Souza Neto (1999, p. 61)

As disciplinas de ataque e defesa estiveram presentes nas grades curriculares dos cursos superiores de formação civil em Educação Física, à exceção de 1934. Mas não houve a preocupação com a formação de um técnico dessas modalidades ou com sua aplicação no contexto escolar.

Em 1962, uma nova revisão para os Cursos de Educação Física e Desportos com o Parecer CFE nº 298 delimitou seus currículos mínimos. Acrescentaram-se os Cursos de Educação Física Infantil e de Medicina aplicada à Educação Física e aos Desportos. Frisa-se a não citação de nenhum tipo de modalidade de ataque e defesa nas sugestões de seu currículo mínimo no curso de Educação Física, muito menos em técnica desportiva. Sugere-se que o aluno escolha duas modalidades esportivas para se especializar.

No Parecer CFE nº 894/69, de 2 de dezembro de 1969 – que deu origem à Resolução CFE nº 69/69 – retoma-se a discussão do currículo mínimo para os cursos de Educação Física:

Cada escola estabelecerá a lista de matérias facultativas para oferecer à escolha obrigatória duas para fins de habilitação ao exercício da profissão de “Técnico de Desportos” como, por exemplo a seguinte lista organizada pela prof. Maria Lenk, diretora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Arco e flecha, basquetebol, Box, Esgrima, futebol de campo, futebol de salão, ginástica olímpica, halterofilismo, handebol, Jiu-Jitsu – Judô – karate, remo, saltos ornamentais, tênis, vela-canoagem, voleibol, polo aquático (Brasil, 1969, p. 156).

Percebem-se, como exemplo, as modalidades historicamente mais bem constituídas no país à época, como Boxe, Judô, Jiu-Jitsu, Esgrima e o Karatê. Até o momento, observa-se um curso voltado para a área do esporte, de características higiênicas e preocupado com a formação do professor na escola, a que, até o momento, as disciplinas de ataque e defesa não se haviam inserido.

Em 1969, o Parecer CFE nº 894 propõe um novo currículo para a formação de Professores de Educação Física e Técnicos de Desportos. Mantém-se a formação do técnico desportivo, paralelamente à do professor de Educação Física escolar:

Tabela 4 – Proposta Curricular de 1945 e 1969

CAMPO DE CONHECIMENTO/DISCIPLINAS ¹	EDUCAÇÃO FÍSICA	1945	1969
		3 anos	3 anos
<p>NÚCLEO BÁSICO</p> <p>Conhecimento do Ser Humano (Biológico -estudo da vida humana em seu aspecto celular; anatômico; fisiológico funcional; mecânico; preventivo e Psicológico - estudo do desenvolvimento humano)</p> <p>Conhecimento da Sociedade (Histórico-Social - estudo dos valores antropológico, histórico, social e filosófico das atividades física e motora)</p>	Anatomia	(a)	x
	Fisiologia (Aplicada/1945)	x	x
	Cinesiologia (Aplicada/1945)	x	x
	Fisioterapia (Aplicada/1945) (Ginástica Terapêutica)	x	
	Metabologia (Aplicada/1945)	x	
	(Higiene/1969) Aplicada	x	x
	Socorros de Urgência	x	
	Biometria (Aplicada/1945)	x	x
	Psicologia Aplicada	x	
	(História e/1945) Organização da Educação Física e dos Desportos	x	
Educação Física Geral	x		

CAMPO DE CONHECIMENTO/DISCIPLINAS ¹	EDUCAÇÃO FÍSICA	
	1945 3 anos	1969 3 anos
NÚCLEO PROFISSIONALIZANTE Conhecimento Lúdico (Recreação) Conhecimento Gimnico-Deportivo (Ginástica - estudo dos exercícios físico e motor) (Esporte - estudo dos exercícios físico e motor) Conhecimento Pedagógico (estudo das matérias pedagógicas: didática, estrutura e funcionamento do ensino, psicologia da educação e prática de ensino) (b)	Recreação	x
	Metodologia da Educação Física (e Desportos/1945)	x
	Ritmica	
	Ginástica Ritmica (feminino)	x
	Ginástica	
	Natação	
	Desportos Aquáticos (e Náuticos/1945)	x
	Atletismo	
	Desportos Terrestres Individuais	x
	Desportos Terrestres Coletivos	x
	Desportos de Ataque e Defesas	x
	Didática	
	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio	
	Psicologia da Educação	
Prática de Ensino		
Observações.: (a) os conhecimentos de Anatomia Humana serão feitos por meio de revisões em aulas complementares à disciplina que os reclamar; (b) no Parecer CFE nº 292/62 aparece o mínimo a ser exigido na preparação pedagógico do licenciado: Psicologia da Educação, Adolescência, Aprendizagem; Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, sob a forma de estágio supervisionado. Porém, no Parecer CFE nº 672/69, as matérias pedagógicas mudam apenas o nome de Elementos de Administração Escolar para <u>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau</u> . Novo parecer é emitido ainda nesse mesmo ano, Parecer CFE nº 894/69, observando-se que deverá ser dado um relevo maior à Prática de Ensino, tornando-se autônoma.		

Fonte: Souza Neto (1999, pp. 68-69)

As disciplinas de ataque e defesa integrarão o “Núcleo profissionalizante” e como disciplina do quadro “esporte” com ênfase no estudo dos exercícios físicos e motores. Retira-se a disciplina do quadro curricular de formação em Educação Física em 1969.

Entre 1978 e 1987, formam-se propostas para os cursos superiores de Educação Física. Abaixo, as sugestões para a formação em Educação Física feitas pelo documento “Currículo da Escola de Educação Física”, de 1978 (Souza Neto, 1999):

Tabela 5 – A Proposta das Habilidades Específicas para o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física

Graduação Currículo	Licenciatura em Educação Física
Parte Comum	<p>Disciplinas: Morfo-fisiologia da Atividade Física (Biologia e Anatomia Funcional); Prevenção e Segurança na Atividade física (Higiene e Socorros Urgentes); Expressão e Comunicação Humana; Estrutura Organizacional da Educação Física e dos Desportos; Ginástica; Dança; Desportos (Atletismo, Natação e mais outras três modalidades opcionais); Recreação; Folclore Brasileiro; Matérias de que trata a Resolução sobre Complementação Pedagógica (Parecer nº 4873/75): Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem, Ensino do 1º e 2º graus, Metodologia do Ensino do 1º e 2º graus; Atividades: Instrumentação para o Ensino, Prática de Ensino), além de Estudo dos Problemas Brasileiros - Decreto Lei 869/72 e 09/69, incluindo-se ainda Filosofia e Sociologia da Educação</p>
Parte Diversificada	<p>Habilitação em Educação Física do 1º e 2º graus - Disciplinas: Ciências Funcionais da Atividade Física (Fisiologia, Biomecânica, Medidas e Avaliação), Ginástica Especial, Ginástica Escolar, Dança e Desporto - no mínimo 2 (dois) desportos; Justificativa - esta habilitação preocupa-se com a formação básica da criança e do adolescente, visando ao desenvolvimento do homem de amanhã. Pretende-se dessa maneira, formar professores devidamente habilitados para compreenderem a criança e o adolescente no seu todo, evitando-se aplicações indevidas das atividades físicas no período escolar.</p>
	<p>Habilitação em Desportos - Ciências Funcionais da Atividade Física (Fisiologia, Biomecânica, Medidas e Avaliação), Administração e Organização Desportiva, Desportos (três desportos do elenco ofertados pelo curso ou instituição) e treinamento Desportivo; Justificativa - os desportos tem tido uma aceitação na sociedade moderna, quer nos aspectos recreativos ou competitivos. As atividades desportivas competitivas têm evoluído com a realização de campeonatos regionais, nacionais e mundiais. A técnica, a tática e o treinamento desportivo são assuntos necessários aos Licenciados em Educação Física, que tenham na habilitação específica, a complementação dos conhecimentos necessários ao aperfeiçoamento dos atletas colegiais e universitários.</p>
	<p>Habilitação em Recreação - Ciências Funcionais da Atividade Física, Atividades Físicas de Massa e Lazer e Recreação Comunitários; Justificativa – Recreação e Lazer é a temática daqueles que se preocupam com a sociedade operativa. A ocupação das horas livres com atividades recreativas, após as obrigações profissionais ou sociais, no mundo atual, tem levado às instituições a organizar programas adequados para seus associados. A Recreação comunitária e a escolar necessitam de profissionais capazes de planejar e executar as atividades próprias desta área.</p> <p>Habilitação em Aptidão Física - Ciências Funcionais da Atividade Física, Atividades Físicas de Massa, Fundamentos Médico-Desportivos, Ginástica Especial e Técnicas Laboratoriais de Avaliação. Justificativa - as características da vida moderna, mormente nos centros urbanos, levam os cidadãos a uma vida sedentária, com o declínio de seus níveis de condições físicas, fator de saúde e profilaxia, aceito internacionalmente. A esse déficit causado surge uma patologia definida hoje como Hipocinética. A vida sedentária, as profissões e os vícios de formação corporal levam comumente à diminuição do nível de aptidão física, acarretando ao homem problemas de saúde que podem ser prevenidos ou corrigidos. A criação da habilitação específica em Aptidão Física vem atender a uma lacuna na formação do Licenciado em Educação Física, (sendo), solicitado por clubes, academias de ginástica, indústrias, clínicas e outras entidades que se preocupam com a melhoria da saúde do indivíduo e que absorvem professores de Educação Física sem a devida preparação para tais tarefas. (Silva et al, s/d: 7-9)</p>

Fonte: Souza Neto (1999, p. 87)

Observa-se a manutenção da formação generalista. Souza Neto (1999) apresenta o quadro das sugestões de disciplinas propostas para os cursos de Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Esporte e Licenciatura em Educação Física:

Tabela 6 – Distribuição das Disciplinas na Grade Curricular para os Cursos de Educação Física e Esporte

Categorias Grade Curricular	Preparação Profissional		
	Bacharelado em Educação Física	Licenciatura em Educação Física	Bacharelado em Esporte
Disciplinas (sugestão)	Introdução à Educação Física; Aspectos Filosóficos; Aspectos Antropológicos; Aspectos Históricos; Aspectos Sociológicos; Aspectos Biológicos; Aspectos Anatômicos; Aspectos Fisiológicos; Aspectos Bioquímicos; Aspectos Nutricionais; Aspectos Higiénicos; Aspectos Psicológicos; Aspectos Cinesiológicos/Biomecânicos; Aspectos Administrativos; Crescimento e Desenvolvimento Motor; Controle Motor; Aprendizagem Motora; Socorros de Urgência; Testes, Medidas e Avaliação; Metodologia do Trabalho Acadêmico/Científico; Educação Física na Primeira Infância; Educação Física na Segunda Infância; Educação Física na Adolescência; Educação Física na Idade Adulta; Educação Física e o Idoso; Educação Física e Indivíduos/Grupos Especiais; Aspectos Metodológicos; Estágio Supervisionado	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA Caracterização Curricular da Educação Física; Educação Física na Pré-Escola; Educação Física no Primeiro Grau; Educação Física no Segundo Grau; Educação Física no Curso Supletivo; Educação Física Escolar para Grupos Especiais; Educação Física no Curso de Habilitação para o Magistério FACULDADE DE EDUCAÇÃO Estrutura e Funcionamento do Ensino: Pré-Escola, Primeiro Grau, Segundo Grau, Supletivo; Aspectos Históricos da Educação/Escolarização; Aspectos Antropológicos da Educação/Escolarização; Aspectos Sociológicos da Educação/Escolarização; Aspectos Econômicos da Educação/Escolarização; Aspectos Políticos da Educação/Escolarização; Aspectos Psicológicos da Educação/Escolarização; Aspectos Administrativos da Educação/Escolarização; Aspectos Didáticos; Aspectos Pedagógicos; Educação/Escolarização e Indivíduos/Grupos Especiais; Avaliação Educacional/Escolar; Prática de Ensino (Estágio Supervisionado) - Departamento de Educação Física e Faculdade de Educação (Cf. Oliveira, 1988)	Introdução ao Esporte; Aspectos Filosóficos; Aspectos Antropológicos; Aspectos Históricos; Aspectos Sociológicos; Aspectos Biológicos; Aspectos Anatômicos; Aspectos Fisiológicos; Aspectos Bioquímicos; Aspectos Nutricionais; Aspectos Higiénicos; Aspectos Psicológicos; Aspectos Cinesiológicos/Biomecânicos; Crescimento e Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Motor; Controle Motor; Aprendizagem Motora; Socorros de Urgência; Testes, Medidas e Avaliação; Metodologia do Trabalho Acadêmico/Científico; Esporte e Medicina Esportiva; Esporte Profissional; Esporte Universitário; Esporte Escolar; Esporte Amador; Jogos Olímpicos; Esporte e Economia; Esporte e Informática; Esporte e Comunicação; Esporte e Relações Públicas; Aspectos de Legislação/Direito Esportivo; Instalações Esportivas; Aspectos de Construção e Manutenção; Esporte e Marketing; Esporte e Política; Esporte e Relações Internacionais; Técnica e Esporte; Tática e Esporte; Aspectos Gerais do Treinamento Esportivo; Aspectos Administrativos do Esporte Estágio Supervisionado

Fonte: Souza Neto (1999, p. 90)

Em 1987, elabora-se o Parecer nº 215, apreciado e aprovado em 11 de março:

Art 1. A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de bacharel e/ou licenciado em Educação Física (Brasil, 1987).

Isso tem muito a dizer sobre as disciplinas de L/AM, entretanto, nesse caso se contradizem a partir do momento em que os cursos delimitam disciplinas específicas como Judô e Capoeira. Souza Neto (1999) apresenta as sugestões de disciplinas pautadas pela CFE 03/87:

Tabela 7 – Sugestão de Matérias para a Grade Curricular de 1987

FORMAÇÃO GERAL (80%)	FORMAÇÃO GERAL (80%)	APROFUNDAMENTO DE CONHECIMENTO (20%)
CONHECIMENTO FILOSÓFICO	CONHECIMENTO	APROFUNDAMENTO DE CONHECIMENTO (- 20%)
CONHECIMENTO DA SOCIEDADE	TÉCNICO	
CONHECIMENTO DO SER HUMANO (- 20%)	(- 80%)	
I) CONHECIMENTO FILOSÓFICO	IV) CONHECIMENTO TÉCNICO	OPTATIVAS
1 - Introdução à Filosofia;	1 - Didática da Educação Física;	TRABALHO DE FORMATURA
2 - Filosofia da Educação e do Desporto;	2 - Organização e Funcionamento da Educação Formal e Não Formal;	
3 - Caracterização Profissional;	3 - Educação Física sob o enfoque da Educação Permanente;	
4 - Ética Profissional;	4 - Prática de Ensino;	
5 - Dentre outras.	5 - Lazer e Recreação;	
II) CONHECIMENTO DO SER HUMANO	6 - Medidas e Avaliação em Educação Física;	
1 - Fundamentos Biológicos (incluindo tópicos de Histologia, Embriologia, Biofísica, Bioquímica, Citologia e Biologia - especialmente Genética);	7 - Programas de Educação Física no 1º e 2º graus	
2 - Anatomia Aplicada;	8 - Currículos em Educação Física;	
3 - Fisiologia (incluindo Fisiologia do Esforço);	9 - Teoria, Prática e Metodologia dos Desportos: do Handebol; do Atletismo; do Basquetebol; do Tênis de Mesa; da Capoeira; da Esgrima; do Futebol; do Futebol de Salão; da Ginástica Olímpica; da Ginástica Rítmica Desportiva; do Halterofilismo; do Judo; da Natação; do Polo Aquático; dos Saltos Ornamentais; do Tênis de Campo; de Outros ;	
4 - Aprendizagem Motora (incluindo Psicomotricidade);	10 - Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica Analítica;	
5 - Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade;	11 - Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica Natural;	
6 - Psicologia Desportiva;	12 - Teoria, Prática e Metodologia da Dança;	
7 - Cineantropia (Medidas e Avaliação, incluindo Crescimento e Desenvolvimento);	13 - Organização e Administração da Educação Física;	
8 - Biomecânica do Exercício;		
9 - Fundamentos de Fisioterapia;		
10 - Dentre outros;		
III) CONHECIMENTO DA SOCIEDADE		IV) CONHECIMENTO TÉCNICO (continuação)
1 - Fundamentos de Antropologia Cultural;		14 - Fisiologia;
2 - Educação, Sociedade e Cultura Física;		15 - Higiene e Socorros de Urgência;
3 - História da Educação Física		16 - Educação Física e Esporte Especial (Atividade física voltada para pessoas portadoras de deficiências: física, auditiva, visual ou múltipla);
4 - Sociologia (incluindo a Sociologia do Desporto e do Lazer);		17 - Treinamento Desportivo;
5 - Políticas Desportivas do Mundo Contemporâneo;		18 - Direito Desportivo;
		19 - Comunicação em Educação Física;
		20 - Seminário em Educação Física;
		21 - Técnica de Elaboração de projetos em Educação Física;
		22 - Tecnologia do Material e Instalações na Educação Física;
		23 - O Profissional de Educação Física como agente de Saúde;
		24 - Rítmica;
		25 - Esportes Comunitários;
		26 - Dentre outras.

Fonte: Souza Neto (1999, p. 106)

Evidencia-se que a característica generalista do currículo prejudicou a formação de técnico esportivo, o que, por consequência, prejudicaria a formação de um técnico de L/AM. A licenciatura, o bacharelado e os cursos de Esporte apresentam-se com características de formação de graduados com baixa experiência prática, em que a valorização das aptidões

dos estudantes fica à mercê do mercado. A tentativa de separar licenciatura e bacharelado evidencia uma nova forma de se produzir “a profissão e a área de conhecimento Educação Física” (Benites *et al.*, 2008, p. 345). Também se percebe a retirada da Capoeira, o retorno da Esgrima e a manutenção do Judô, disciplinas que voltam ou se mantêm no currículo da formação em Educação Física.

No campo da estruturação da formação de docentes, em 1997, publica-se o Parecer CNE/CES n. 776/97. Ele apresenta as orientações para as Diretrizes Curriculares na formação do licenciado pleno. Perceptível a preocupação cada vez maior com a teoria e a prática, evidenciando os caminhos para uma formação também científica.

Acrescenta-se ao debate a criação da Lei 9696/98. Sua promulgação, associada aos parâmetros de formação, cria uma instabilidade jurídica no tocante à formação do técnico esportivo, do profissional de Educação Física e do professor de Educação Física.

Com a promulgação da referida Lei, acaloraram-se as discussões no campo acadêmico e jurídico referentes à responsabilidade da intervenção profissional em Lutas e as Artes Marciais (L/AM), criando-se uma demanda pela formação em Educação Física. Isso possibilitou enxergar uma divergência entre o espaço da intervenção e o espaço da formação.

A partir da configuração jurídica de sua regulamentação, esses debates ficam mais acalorados. Fragilizando ainda mais a compreensão e entendimento dos espaços de intervenção.

Ao longo do último século, houve uma preocupação quanto às competências e saberes dos professores no País. Em 2001, o CNE homologa o Parecer 28/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura e graduação plena.

Já o Parecer CNE/CP 009/2001 abordou a formação de professores. “Há agora uma necessidade em priorizar a competência como núcleo orientador da formação e também a possibilidade e a necessidade de uma formação vinculada com a atuação profissional e a pesquisa” (Benites *et al.*, 2008, p. 352).

Objetivando sanar a problemática da práxis, já evidenciada pela lacuna legal aberta pela Lei 9696/98, em 18 de fevereiro de 2002, publica-se a Resolução 046/2002, que dispõe sobre a intervenção do profissional de Educação Física e respectivas competências. As preocupações com o espaço de intervenção e as relações entre teoria e prática são corroboradas pela Educação Física mediante Resolução CNE/CES 7/2004. Em seu artigo terceiro, resolve:

Art. 3º – A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício

físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizam ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (Brasil, 2004, p. 1).

As resoluções preconizam a formação do professor de Educação Física versus a formação de um profissional de Educação Física. À formação de um técnico de L/AM, observa-se que sua ligação com a Educação Física foi, até o momento, reaproveitada. Evidente que a luta constante pela necessidade de apropriação desse espaço reforça as análises científicas, que, muitas vezes, buscam justificar a inserção e a necessidade da formação em Educação Física para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As L/AM surgem nos espaços de formação em Educação Física por uma clara inspiração higiênica e militar. Todas as orientações dos primeiros métodos ginásticos descrevem as L/AM como essenciais para uma educação do físico, bem como conteúdo formador moral, civilizatório e disciplinador.

No Brasil, tais disciplinas adentram o processo de formação como disciplinas da cadeira de Ataque e Defesa. Nesse momento, percebe-se uma característica generalista de formação profissional e o curso de técnica esportiva fica de difícil definição, pois sua própria função seria o aprofundamento dos determinantes técnicos, o que se tornaria inviável em apenas um ano. Observa-se, até 1957, a inclinação para as disciplinas de caráter esportivo, inclusive as de Ataque e Defesa e a supervalorização médica e militar.

Em 1962, não há citação de modalidades de Ataque e Defesa nas sugestões de seu currículo mínimo, muito menos no de técnica desportiva. De acordo com as mudanças do currículo até 1969, considera-se um encaminhamento dos cursos de Educação Física para duas vertentes: a formação do professor da escola e a formação do técnico desportivo. Por mais que tenha ficado a cargo das instituições a escolha por modalidades esportivas, no caso das disciplinas de Ataque e Defesa, Judô, Jiu-Jitsu, Karatê e Esgrima, entende-se como impossível contemplar todas, evidenciando uma factível estratégia pelo monopólio do maior número concebível de possibilidades e intervenção.

Na década de 1980, percebe-se a preocupação na divisão entre a licenciatura e o bacharelado, dificultando as proposições que irão se referir às L/AM. Essa divisão cria

um espaço de discussões e encaminhamentos estranhos à “origem das coisas”. No caso das L/AM não é diferente.

Entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, percebe-se uma clara inclinação e preocupação com a formação das competências docentes no processo formativo. Na Educação Física, as L/AM agregam-se como disciplinas de núcleo comum, dificultando, sobremaneira, a orientação da disciplina para a Licenciatura e o Bacharelado. Tal realidade abre margem para as críticas deveras honestas em relação às competências e à formação do docente da disciplina de L/AM nos cursos de formação em Educação Física.

A criação do espaço de intervenção do profissional versus o espaço do professor criou uma resistência à formação do técnico desportivo e, ao mesmo tempo, propiciou um rompimento entre o *locus* das L/AM com o *locus* acadêmico, caracterizando a constituição de dois campos distintos: O campo das L/AM e o campo acadêmico. Assim, aparentemente sua manutenção no currículo se deu basicamente por um processo de reprodução. Essa evidência permite afirmar que as discussões sobre as L/AM na grade curricular do graduado em Educação Física precisam continuar como forma de contribuir para a valorização do profissional de Educação Física, dos técnicos de L/AM e dos discentes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antonio Pereira de. **Estudos higienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército**. S/N. (Rio de Janeiro, 1867)
- ARAUJO, Raffaele Andressa dos Santos. **Currículo de formação docente em educação física: análise sobre as práticas, o estágio e as atividades complementares**, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Ceará, 2018.
- AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto; MALINA, André. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 25, n. 2, 2004.
- BRASIL. Parecer 224: Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública: parecer e projecto da Comissão de Instrucção Publica **1883**.
- BENITES, Larissa, SOUZA NETO, Samuel, & Hunger, Dagmar. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Educação e Pesquisa**, 343-360. 2008.
- BRASIL. Decreto n. 14.784, 27 abril de 1921. Dispõe sobre as bases para a Educação Física nacional. Diário Oficial Da República Federativa Do Brasil, 1, 14841. (1921).
- BRASIL. Regulamento de Educação Física. República Federativa Do Brasil, 7. 1932. Biblioteca da Universidade de Educação Física do Exército.
- BRASIL. Decreto n. 23.252, 19 de outubro de 1933. Cria a escola de Educação Física do exército e dá outras providências. Diário Oficial Da União, 1. 1933.
- BRASIL. Decreto-lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939. Cria, na universidade do brasil, a escola nacional de Educação Física e desportos. Diário Oficial Da União, 4(1), 9073, 20. 1939.

- BRASIL. Parecer 0894/1969, 1 de julho de 1969. Fixa Currículos Mínimos. República Federativa do Brasil. Acesso Público. 1969. Documento disponibilizado mediante provocação do pesquisador ao Ministério da Educação.
- BRASIL. Parecer CFE 215/1987, 11 de março de 1987: Reestruturação dos cursos de Educação Física. *CONFEEF*. 1987.
- BRASIL. Resolução CNE n. 7, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. *MEC*. 2004.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 1 ed. Papirus Editora, 1988.
- DACOSTA, Lamartine Pereira da. **Atlas do esporte no Brasil**. 1 ed. Shape. 2006.
- MARINHO, Inezil Penna. **História da educação física e dos desportos no Brasil**. 1 ed DEF-MEC. 1953
- MELO, Vitor Andrade de. **Escola nacional de educação física e desportos – uma possível história**. Universidade Estadual de Campinas. 1996.
- MELO, Vitor Andrade de. Alberto Latorre de Faria: 100 anos de contribuições da história de vida para pensar a Educação Física brasileira. *EFdeportes*, **13**(120). 2008
- PIMENTA, Thiago Farias da Fonseca. **O técnico de artes marciais no Brasil: entre o “sagrado” e os “segredos” para o estabelecimento de uma profissão**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. 2016.
- QUITZAU, Evelise Amgarten. O Trabalho na forma da alegria juvenil: A ginástica segundo Johann Christoph Friedrich Guts Muths. *Revista Brasileira de Ciências Do Esporte*, **34**(2). 2012.
- SOARES, Carmem Lucia. **Educação Física: Raízes Européias e Brasil** (1st ed.). Autores Associados. 2007
- SOUZA NETO, Samuel de. **A educação física na universidade: licenciatura e bacharelado, as propostas de formação profissional e suas implicações teórico-práticas**. Universidade de São Paulo. 1999.
- TRUSZ, Rodrigo Augusto; NUNES, Alexandre Velly. A evolução dos esportes de combate no currículo do Curso de Educação Física da UFRGS. *Movimento*, **13**(1), 179-204. 2007.